

330.34(679)  
PER

Eco-295



**A Evolução da Economia Moçambicana  
e a Promoção do Bem-Estar Socioeconómico  
(1960-2001)**

Amorim Remigio Manuel Pery

Outubro de 2004

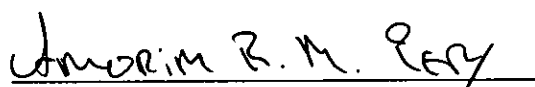
Trabalho de Licenciatura em Economia  
Universidade Eduardo Mondlane  
Faculdade de Economia

D. E. M. - ECONOMIA
R. E. 29234
DATA 21 / 01 / 05
AQUISIÇÃO oferta
COTA

## DECLARAÇÃO

Declaro que este trabalho é da minha autoria e resulta da minha investigação. Esta é a primeira vez que o submeto para obter um grau académico numa instituição de ensino educacional.

Maputo, aos 27 de Outubro de 2004

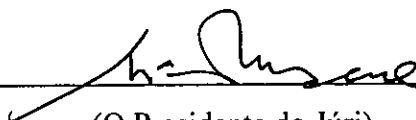


(Amorim Remigio Manuel Pery)

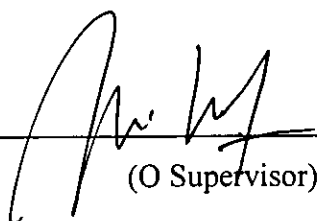
### Aprovação do júri

Este trabalho foi aprovado no dia 27 de Outubro de 2004 por nós, membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane.

### Membros do júri examinador

  
\_\_\_\_\_  
(O Presidente do Júri)

  
\_\_\_\_\_  
(O Arguente)

  
\_\_\_\_\_  
(O Supervisor)

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer as pessoas a seguir, pela contribuição que tiveram neste trabalho de pesquisa:

Meu supervisor, Dr. José Sulemane, pelo apoio dado ao longo da elaboração deste trabalho. Nada disto seria possível sem a sua dedicação, encorajamento e paciência ilimitada.

Meu irmão gémeo (Getá Remígio Manuel Pery), a minha querida mulher (Noor-Jehan Gulamussen) e a minha filha (Noor-Sanah Amorim Pery), por serem uma fonte de energia e motivação na minha vida. Sem o apoio deles, eu não teria mobilizado a inspiração exigida para escrever este trabalho de licenciatura.

Meus pais: Remígio Manuel Pery e Celestina Fernado Jambo, por me proporcionarem a oportunidade de estudar e pelo suporte académico que sou hoje.

Meus irmãos: Tetinha, Mile, França, Norte e Giló, pelos sacrifícios que foram obrigados a passar para custearem os meus estudos. Ao grande companheiro e amigo João, pelas oportunidades que voluntariamente perdeu para, durante anos, apoiar o meu pai na nossa educação.

Ao amigo e colega Albino G. Mandlate, pelo inesgotável apoio académico, material, financeiro e moral dado sempre que precisei para poder auxiliar os estudos.

Enfim, muito obrigado a todos os colegas, amigos e professores.

# ÍNDICE

DECLARAÇÃO.....	i
AGRADECIMENTOS .....	ii
ÍNDICE .....	iii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	v
ÍNDICE DE TABELAS.....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vii
RESUMO.....	viii
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. INTRODUÇÃO .....	1
1.2. OBJECTIVOS DO TRABALHO .....	1
1.3. ABORDAGEM E METODOLOGIA.....	2
1.4. HIPÓTESE DO TRABALHO .....	3
1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO .....	3
2. ANÁLISE DE DADOS .....	4
2.1. DIAGNÓSTICO DOS DADOS .....	4
Tipos de Dados .....	4
Fontes dos Dados .....	4
Precisão dos Dados .....	5
2.2. SÍNTESE DA EVOLUÇÃO SOCIOECONÓMICA.....	5
2.2.1. Produto Interno Bruto real .....	6
Análise de Tendência.....	6
Análise das Médias .....	8
Análise da Taxa de Crescimento.....	11
2.2.2. Produto Interno Bruto real <i>per capita</i> .....	12
Análise de Tendência.....	12
Análise das Médias .....	13
Análise da Taxa de Crescimento.....	13

2.2.3. Investimento Público real .....	14
Análise de Tendência.....	14
Análise das Médias .....	15
Análise da Taxa de Crescimento.....	16
2.2.4. Emprego.....	17
Análise de Tendência.....	17
Análise das Médias .....	18
2.2.5. Salário .....	19
Análise de Tendência.....	20
Análise das Médias .....	21
Análise da Taxa de Crescimento.....	23
2.2.6. Inflação .....	24
Análise das Médias .....	25
3. RELACIONAMENTO ENTRE OS INDICADORES SOCIOECONÓMICOS.....	26
3.1. ANÁLISE DE COORELAÇÃO.....	25
4. CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA.....	36
ANEXOS	

## ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Tendência do PIB real .....	7
Gráfico 2. Evolução do PIB real, e suas médias .....	9
Gráfico 3. Evolução da taxa de crescimento do PIB real e suas médias .....	11
Gráfico 4. Tendência do PIB real per capita.....	12
Gráfico 5. Evolução do PIB real per capita e suas médias .....	13
Gráfico 6. Evolução da taxa de crescimento do PIB real per capita e suas médias.....	13
Gráfico 7. Tendência do Investimento Público real.....	15
Gráfico 8. Evolução do Investimento Público real e suas médias .....	15
Gráfico 9. Evolução da taxa de crescimento do Investimento Público real e suas médias	16
Gráfico 10. Tendência do Emprego .....	17
Gráfico 11. Evolução do Emprego e suas médias.....	18
Gráfico 12. Racio entre Emprego vs População Activa .....	19
Gráfico 13. Tendência do Salário .....	21
Gráfico 14. Evolução do Salário e suas médias .....	22
Gráfico 15. Evolução do salário real e PIB per capita real .....	22
Gráfico 16. Evolução da taxa de crescimento do Salário e Inflação .....	23
Gráfico 17. Evolução da taxa de Inflação e suas médias .....	25

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Análise de Correlação entre os Indicadores Socioeconómicos (1960-2001)....	27
Tabela 2. Análise de Correlação entre os Indicadores Socioeconómicos (1960-1975)....	28
Tabela 3. Análise de Correlação entre os Indicadores Socioeconómicos (1976-1986)....	28
Tabela 4. Análise de Correlação entre os Indicadores Socioeconómicos (1987-2001)....	29
Tabela 5. Síntese da Evolução Socioeconómica.....	30

## LISTA DE ABREVIATURAS

- ADI – Associação para o Desenvolvimento Internacional;  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
INE – Instituto Nacional de Estatística;  
IPC – Índice de Preço no Consumidor;  
MPF – Ministério de Plano e Finanças;  
Mt – Metical;  
PARPA – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta;  
PIB – Produto Interno Bruto;  
PIB per capita – Produto Interno Bruto real per capita - ;  
PRE – Programa de Reabilitação Económica;  
RDA – República Democrática Alemã;



## RESUMO

O presente trabalho teve como objectivo avaliar a evolução dos seis indicadores socioeconómico (PIB real, PIB per capita real, Investimento Público real, Emprego, Salário real e Taxa de Inflação), como medidas de avaliação do bem estar em Moçambique no período de 1960 a 2001. Para isso, dividiu-se o período em três (período colonial, pós independência e período da adesão de Moçambique aos programas do FMI e Banco Mundial), por forma a avaliar o impacto da envolvente histórica no bem estar socioeconómico, e poder fazer correlações simples por forma a determinar se existe ou não linearidade na evolução dos referidos indicadores.

Dentre as conclusões que foram extraídas deste trabalho, destacaram-se considerações acerca da influência do ambiente socioeconómico na evolução dos indicadores socioeconómico e consequentemente na promoção do bem estar. Essas pontuações, entre outras, podem contribuir para a implementação de políticas públicas mais eficientes que visem a promoção do bem estar socioeconómico em Moçambique.

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. INTRODUÇÃO

Os indicadores socioeconómicos são de certo modo o resultado da actividade económica, política e social de uma economia. Sendo assim, o bem estar da população moçambicana acompanha as flutuações destas actividades.

A ideia de qualidade de vida aparece na literatura, como um conceito de uma visão de conjunto e compreensiva de um todo complexo. Este todo complexo reside numa perspectiva geral da questão social e da melhoria da condição humana, sob todas as suas formas e em cada um dos sectores da existência. Esta melhoria, devia apresentar-se como um critério de base servindo para definir a orientação de todo o desenvolvimento da sociedade Moçambicana e como expressão duma transformação obrigatória das formas e das modalidades de desenvolvimento historicamente conhecida.

## 1.2. OBJECTIVOS DO TRABALHO

Este trabalho enquadra-se no período 1960 a 2001, conectando a evolução dos indicadores socioeconómicos com as diferentes envolventes neste período, tentando responder a três objectivos principais: (1) Análise da evolução de seis indicadores socioeconómicos (PIB real, PIB per capita real, Investimento Público real, Emprego, Salário e Inflação); (2) Identificação das implicações das variações nos Indicadores socioeconómicos que, através das ligações, contribuam também para o melhoramento e a sustentação do bem-estar da população moçambicana; e (3) Proposta de linhas de acção que promovam a ligação coordenada e coerente entre o crescimento dos indicadores socio-económicos.

### 1.3. ABORDAGEM E METODOLOGIA

Para responder a estes objectivos, usar-se-á o Microsoft Excel para efectuar: (1) a análise gráfica da evolução dos indicadores socioeconómicos num horizonte temporal de 42 anos, bem como a realização de relações gráficas; e (2) a abordagem da análise da correlação entre os indicadores em diferentes períodos.

Estas análises, compreendem os seguintes indicadores: (1) PIB (Produto Interno Bruto<sup>1</sup>) – Indicador que traduz o valor monetário da produção de todos os bens e serviços produzidos numa economia, qualquer que seja a nacionalidade dos produtores; (2) PIB *per capita*<sup>2</sup> – é o total do PIB dividido pelo número da população na economia; (3) Investimento Público – Emprego da Recursos por parte do Estado em actividade produtiva, objectivando ganhos socioeconómicos a médio ou longo prazo; (4) Emprego – ocupação de pessoas pertencentes a população economicamente activa no sector formal, com registo em carteira; (5) Salário<sup>3</sup> – rendimento do factor de produção trabalho; e (6) Inflação – em termos simples, inflação é o aumento do nível geral de preços de uma economia ou, de outra forma, a perda de valor real (poder de compra) da moeda.

A análise gráfica da evolução destes indicadores, será feita na base de tendências traçadas no Microsoft Excel (*trend line*)<sup>4</sup>. assim temos: tendência de alta – uma sucessão de topos e fundos ascendentes e tendência de baixa – uma sucessão de topos e fundos descendentes.

Examinados estes conceitos básicos, necessário para a melhor compreensão da análise, importa aqui referir que os indicadores socioeconómicos movem-se em tendências das quais as mais importantes são as tendências primárias. Elas são longos movimentos para cima ou para baixo que duram todo o período em análise. A tendência primária, é

---

<sup>1</sup> O PIB é considerado uma medida das riquezas do país.

<sup>2</sup> Esta medida, pressupõe uma média na distribuição do PIB, portanto é uma medida puramente estatística, que melhor acompanha o crescimento da produção e da população em simultâneo.

<sup>3</sup> Neste trabalho, dar-se-á enfoque no salário mínimo mensal, que é o menor salário fixado por lei, a fim de garantir aos assalariados das categorias menos favorecidas um rendimento correspondente ao mínimo vital, definido em relação a um determinado meio social.

<sup>4</sup> Permanência de um determinado indicador numa direcção, durante um período de tempo.

composta por tendências secundárias, que são a sucessão de topos e fundos num período relativamente curto em relação ao da tendência primária.

Diante do exposto, uma tendência primária de alta é formada por uma sucessão de subidas e descidas de tendências secundárias ascendentes, e tendência primária de baixa é formada por uma sucessão de subidas e descidas de tendências secundárias descendentes. Uma tendência secundária de alta é formada por uma sucessão de subidas e descidas de tendências terciárias ascendentes<sup>5</sup>, e a tendência secundária de baixa é composta por uma sucessão de subidas e descidas terciárias descendentes.

#### **1.4. HIPÓTESE DO TRABALHO**

Parte-se de princípio que, para além das influências que os indicadores socioeconómicos sofrem da envolvente histórica, eles também se relacionam ao longo dos anos e que o Estado através das suas acções os impulsiona, melhorando o bem-estar da população em Moçambique.

#### **1.5. ESTRUTURA DO TRABALHO**

O trabalho é constituído por cinco capítulos e anexos. O primeiro capítulo faz uma contextualização do tema, fornecendo elementos para a compreensão da análise. O capítulo seguinte sintetiza o quadro conceptual e evolutivo dos dados. O terceiro capítulo sintetiza o relacionamento entre os seis indicadores socioeconómico, dando uma visão do estado do bem estar da população. O quarto, apresenta os resultados da análise e a sua interpretação. Por fim, apresentam-se as conclusões.

---

<sup>5</sup> Tendência num período de tempo muito curto. Esta tendência não será ilustrada nos gráficos, pelo facto de cobrir períodos muito curtos, e a análise de desenvolvimento é feita num longo prazo.

## **2. ANÁLISE DE DADOS**

### **2.1. DIAGNÓSTICO DOS DADOS**

#### **Tipo de Dados**

Para a referida análise gráfica, usaram-se séries temporais, que estão disponíveis em intervalos de tempo regulares (anuais) e são quantitativos. A dependência entre os indicadores socioeconómico (PIB real, PIB per capita real, Emprego, Inflação, Salário real, Investimento Público real e População) é de natureza gráfica.

#### **Fontes dos Dados**

O sucesso da análise e relacionamento entre os indicadores socioeconómicos depende basicamente da disponibilidade de dados apropriados. Portanto, é essencial despende algum tempo examinando as fontes dos dados. Os dados dos seis indicadores utilizados na análise e respeitantes ao período 1960-1996 foram colectados de Sulemane (2001), e os de 1997 a 2001, foram obtidos usando pesquisas e cálculo do autor.

As séries de dados nominais do PIB e do Investimento Público do período 1997-2001 foram colhidas nos anuários estatísticos (1998-2002); os dados reais do PIB e do Investimento Público foram obtidos, deflacionando dados nominais pelos respectivos deflatores. Para manter a base 1980, as séries dos deflatores do PIB e do Investimento (1997-2001) foram obtidas pela projecção dos deflatores antecedentes usando uma taxa média de crescimento anual do deflator. A série IPC foi calculada usando a série da inflação disponível nas estatísticas do INE. A série Salário do Produto Real da Economia (1997-2001) corresponde ao Salário Mínimo, os dados da População (1997-2001) e a série Emprego (sector formal) foram todos obtidos dos anuários estatísticos (1998 a 2002).

O INE divulga anualmente a quantidade de novos empregados no país. A partir de 1997 adicionou-se a esta quantidade o número de empregados do ano antecedente. Assume-se que a proporção da população activa na população total é de 53% em todo o período. Esta proporção é baseada na média dos últimos anos (1997-2001) dos dados do INE.

### **Precisão dos Dados**

Embora esteja disponível um grande número de dados para a pesquisa, a sua qualidade muitas vezes é ainda baixa. Uma vez que os dados estão disponíveis em níveis altamente agregados, eles podem não nos dar detalhes sobre unidades individuais, isto é, se o nível de vida de uma pessoa ou uma região está a melhorar e quais são os aspectos melhorados. “Por causa deste problema, deve-se sempre estar ciente de que os resultados da pesquisa são apenas tão bons quanto a qualidade dos dados.” (Gujarati, 2000: 15)

## **2.2. SÍNTESE DA EVOLUÇÃO SOCIOECONÓMICA**

A observação gráfica de um determinado indicador socioeconómico permite extrair alguma informação sobre a sua evolução, mas por si só, ela não é suficiente para nos fornecer a direcção que o indicador socioeconómico toma a longo prazo, uma vez que no intervalo (1960-2001) eles variam formando extremos (topo ou fundo), e por sua vez, esta combinação de movimento é um padrão básico de direcção dos indicadores socioeconómicos, podendo ser ascendente ou descendente.

A permanência desta combinação de movimentos numa determinada direcção, durante um período de tempo, leva-nos ao conceito de tendência. O gráfico de tendência fornece uma visão de um processo ou actividade num determinado período de tempo. Este gráfico revela ciclos, tendências ou mudanças de desempenho, permitindo medir o impacto de uma mudança no processo de desenvolvimento socioeconómico.

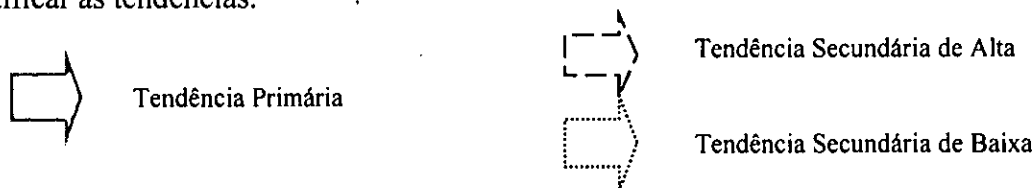
O gráfico de tendência é um gráfico simples, que mostra como as iniciativas de melhorias estão caminhando para as metas ou objectivos. Se obtém tendência de alta quando se verifica uma sucessão de topos e fundos ascendentes, e tendência baixa quando temos uma sucessão de topos e fundos descendentes. O mais importante dos movimentos neste estudo é a tendência primária, ela é um longo movimento para cima ou para baixo que dura todo o período em análise (1960-2001), e é composta pela sucessão de subidas e descidas de tendências secundárias. Também se pode afirmar que uma tendência secundária é formada por uma sucessão de subidas e descidas terciárias.

Para que tenhamos uma sinalização da direcção que os indicadores socioeconómicos tomam, este capítulo analisa para além das tendências, as taxas de crescimento e as médias por períodos.

### 2.2.1. Produto Interno Bruto real

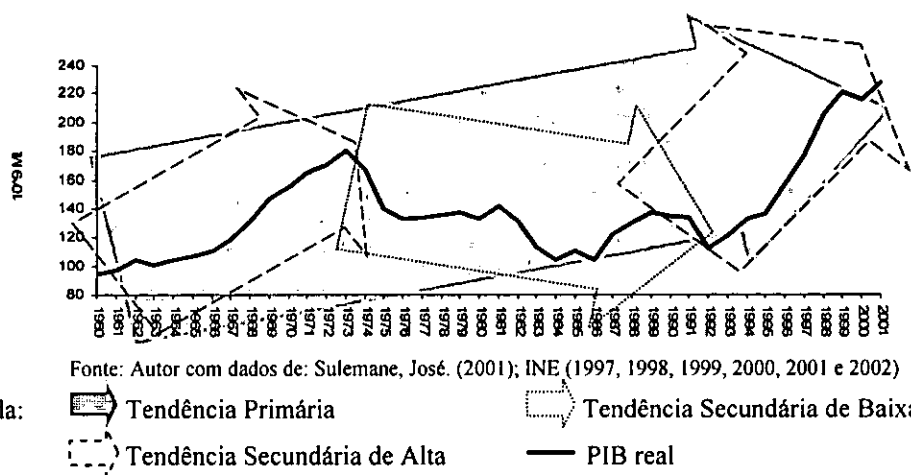
#### Análise de Tendência

Ao longo do período 1960-2001, a economia moçambicana evoluiu num ciclo de expansão económica não linear, uma vez que a taxa de crescimento do PIB real é sensível a muitos fenómenos que não são de fácil controlo, como são os casos das taxas de câmbios, preços nos mercados internacionais e a taxas de juro no mercado de capitais internacionais. Para compreender a síntese de evolução do PIB real, é importante identificar as tendências.



As tendências primárias e secundárias foram desenhadas no Microsoft Excel, usando a função "trend line" e as terciárias foram desenhadas seguindo os ziguezagues dos gráficos.

**Gráfico 1. Tendência do PIB real**



No período 1960-1973 tivemos tendências terciárias de alta e de baixa ascendentes, originando uma tendência secundária de alta, isto apesar da turbulência da guerra de libertação nacional. Logo após o período 1960-1973, a economia moçambicana entrou em recessão até o ano 1992, verificando-se no gráfico 1 uma sucessão de tendências terciárias de baixa e de alta descendentes, originando uma tendência secundária de baixa. Esta tendência terciária de baixa imediata no início do período, foi consequência da envolvente histórica do período.

*“...o fim da ordem colonial e a independência do país, em 1975, implicaram uma profunda ruptura com o Estado colonial e o surgimento de estruturas completamente novas, em resultado de factores combinados como o êxodo maciço da população portuguesa (incluindo a esmagadora maioria dos funcionários do Estado), uma herança colonial de fraquíssima escolarização da população negra e uma postura da Frelimo, o movimento de libertação, que advogava essa mesma ruptura.” (Coelho,2004:1).*

A guerra interna que se desencadeou logo após a proclamação da independência, teve consequências económicas e sociais desastrosas, começando pela destruição de infra-estruturas, campos agrícolas, e a migração campo-cidade. Esta desestabilização trouxe para a nossa economia um peso enorme de endividamento e a adesão do país às instituições de Bretton Woods.



*“Moçambique iniciou as primeiras conversações com o Banco Mundial e o FMI em 1984. Desde 1986, o Banco Mundial tem procurado apoiar activamente os esforços de recuperação económica do Governo. Os empréstimos da ADI, na última década incluíram uma combinação criteriosa de apoio ao ajustamento e ao investimento. Para além disso, a ADI prestou assessoria técnica em uma variedade de áreas de desenvolvimento, desde a redução da pobreza e redes de segurança, ao desenvolvimento do sector privado, protecção ambiental e administração macroeconómica”. (World Bank, 2003: 12)*

E por fim, tivemos no período 1993-2001, novamente uma sucessão de tendências terciárias de alta e de baixa ascendentes, formando uma tendência secundária de alta. A democracia implantada em Moçambique trouxe tranquilidade no panorama nacional e internacional, o que incentiva o desenvolvimento socioeconómico através de fluxos de investimentos privados. Com o fim da guerra, importa salientar uma única tendência terciária de baixa no ano 2000 provocada pelas cheias no centro e sul do país e os ciclones Connie, Eline, Huddah e Glória, que afectaram as zonas sul e centro do país. Esta tendência demonstra que o país experimentou uma fase crítica no ano 2000, que se caracterizou pela destruição parcial da capacidade produtiva.

*“A conjunção de todos os factores referidos alterou, significativamente, os indicadores macroeconómicos inicialmente fixados para o ano 2000, tendo-se registado um crescimento económico mais lento e uma inflação mais elevada.” (MPF, 2000: 4)*

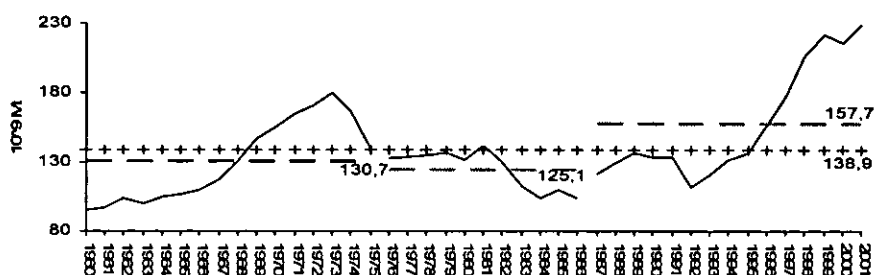
### **Análise das Médias**

O desempenho da economia moçambicana foi e é condicionado pelas envolventes dos grandes períodos históricos. Para a análise gráfica das médias e taxas de crescimento por período, tomamos os seguintes sub períodos:

- (i). Colonial: ( 1960 - 1975);
- (ii). pós independência e Guerra: (1975 - 1986);
  - a. Guerra: (1976 - 4 de Outubro de 1992);
- (iii). Intervenção do FMI e Banco Mundial e Paz: (1987 - ... ).

A média traçada no gráfico 2, para os 42 anos em análise, providencia uma linha fundamental para identificar períodos em que o PIB real cresceu ou decresceu relativamente ao comportamento do longo prazo. Isto é, as médias dos sub períodos fornecem a interação da envolvente socioeconómica periódica com o indicador. Se temos uma tendência ou média descendente em relação ao período anterior, significa que o acontecimento do período influencia negativamente o desenvolvimento do indicador socioeconómico, e se temos uma tendência ou média ascendente em relação ao período anterior, temos uma influencia positiva dos acontecimentos do período sobre os indicadores socioeconómicos.

**Gráfico 2. Evolução do PIB real, e suas médias**



Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: — Média do Período Colonial  
 --- Média do Período de Liberalização da económica e de Paz  
 --- Média do Período Pós independência  
 +++ Média de Todo o período em análise

O valor médio do PIB real de Moçambique em todo o período foi de 138.9 mil milhões de Meticais por ano. O PIB real esteve acima do valor médio nos anos 1969-1975, 1981 e 1996-2001; e abaixo daquele valor nos anos 1960-1968, 1976-1980, 1982-1995. De 16 de Junho 1980, a moeda oficial em vigor em Moçambique era o Escudo<sup>6</sup>, passando para o Metical num câmbio equiparado de um para um.

Através do gráfico 2, constata-se que, somente no período 1987-2001 é que o PIB real esteve acima do PIB real médio, situando-se em 157.7 milhões de contos em média por ano. Esta média, deveu-se em parte aos programas do FMI e do Banco Mundial, e

<sup>6</sup> No período colonial, a semelhança da Metrópole as Autoridades Portuguesas adoptaram o Escudo como moeda nas suas colónias. Sendo o Escudo Português mais valioso em relação ao Escudo Moçambicano.

também à situação de paz, instalada no país desde 1992, que permitiu dinamizar o desenvolvimento socioeconómico.

Apesar de, no período colonial, o PIB real médio se situar abaixo da média de todo o período, ele foi ascendente, correspondendo a um desempenho positivo do tecido económico. Já com a tomada do poder político e económico pelos moçambicanos, a partir de 1975, o PIB real decresceu, passando de 130.7 milhões de contos para 125.1 milhões de contos em média anual. (gráfico 2)

*“Os primeiros anos da década de oitenta revelaram-se bastante difíceis. À severa seca que começou a fazer sentir os seus efeitos em finais de 1981, e que viria a durar até 1984, veio juntar-se o conflito civil, presente na forma larvar<sup>7</sup> há um par de anos mas que agora iria sofrer uma expansão sem precedentes, com o alastramento da presença da guerrilha da Renamo à quase totalidade do país. A combinação dos efeitos da guerra e da seca, agravando os efeitos do processo de socialização do campo, acabou por desarticular completamente o mundo rural moçambicano, criando uma situação estrutural altamente negativa que viria a durar mais de uma década. Os efeitos na economia foram naturalmente catastróficos, agravados pela deterioração acentuada dos termos de troca no mercado internacional. Em resultado, o país tornou-se pela primeira vez, a partir de 1983, importador de alimentos assim como importante recipiente da ajuda alimentar.”(Coelho,2004:1).*

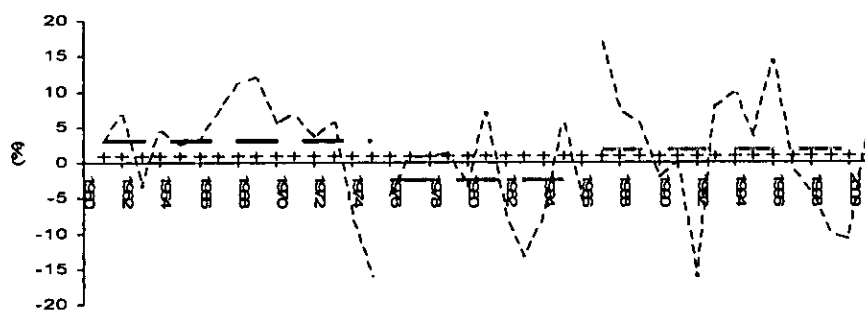
Segundo Coelho (2004), o período pós independência foi atordoado pelas cheias no rio Limpopo (1977), no rio Zambeze (1978) e centro e sul do país (1985) e ciclones Caudette, Danna, Gladys e Ella (1976), Emille (1977), Angele (1978), Bettina (1980), Benedette (1981) e Domoína (1984).

---

<sup>7</sup> Relativo à larva, larval. Neste contexto, significa um acontecimento medonho, horrível, assustador, etc.

## Análise da Taxa de Crescimento

Gráfico 3. Evolução da taxa de crescimento do PIB real e suas médias



Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: --- Média do Período Colonial  
--- Média do Período Pós independência  
--- Média do Período de Liberalização da económica e de Paz  
+++ Média de Todo o período em análise

Olhando para as taxas de crescimento, fortifica-se a explicação anterior do desempenho de cada período. A taxa média de crescimento do PIB real de todo o período (1960-2001) foi de 1.0% por ano. Esta taxa média de crescimento, providencia uma linha fundamental para identificar os períodos em que o PIB real cresceu ou decresceu relativamente a ela.

Constata-se no gráfico 3, que o período mais longo com taxas de crescimento acima da taxa média, é o período 1964-1973. Estas taxas médias elevadas, fizeram com que o PIB real no período colonial fosse ascendente a uma taxa média de 2.9%, sendo a maior de todo o período em análise. O mais longo período com taxas de crescimento abaixo da média, é o período 1974-1986, tornando-se no período de mais baixa progressão do PIB real, com uma taxa média de crescimento de -2.5%. Esta situação melhorou no período seguinte, subindo para 1.6%, como resultado das condições já mencionadas anteriormente. (Anexo II)

O PIB real não qualifica o nível socioeconómico da população, no entanto recorre-se ao PIB *per capita*, que assume uma distribuição equitativa do PIB. Mesmo não sendo verdade, o crescimento deste valor significa uma melhoria no desempenho socioeconómico de uma economia.

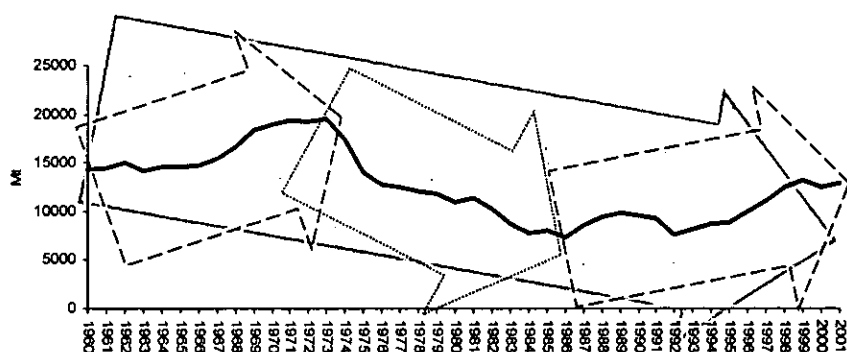
## 2.2.2. Produto Interno Bruto real *per capita*

### Análise de Tendência

O PIB *per capita* no período 1960-2001 foi caracterizado por uma sucessão de tendências secundárias de alta e de baixa, formando uma tendência primária de baixa. Analisando pela tendência primária, a população moçambicana tem cada vez menos rendimento *per capita*.

No período 1960-1973, verificaram-se tendências terciárias de alta e de baixa ascendentes, originando uma tendência secundária de alta; no período seguinte verificou-se uma tendência terciária de baixa e de alta descendentes, originando uma tendência secundária de baixa; e por último, no período 1987-2001 verificaram-se tendências terciárias de alta e de baixa menos ascendentes, ocasionando deste modo, uma tendência secundária de alta ascendente de menor inclinação. (ver gráfico 4).

Gráfico 4. Tendência do PIB real *per capita*

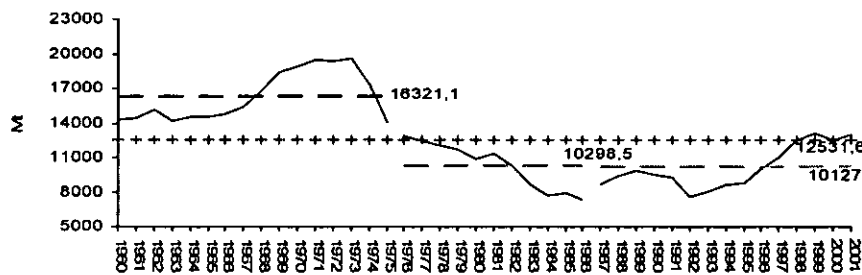


Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: Tendência Primária Tendência Secundária de Baixa  
 Tendência Secundária de Alta PIB real *per capita*

## Análise das Médias

**Gráfico 5. Evolução do PIB real *per capita* e suas médias**



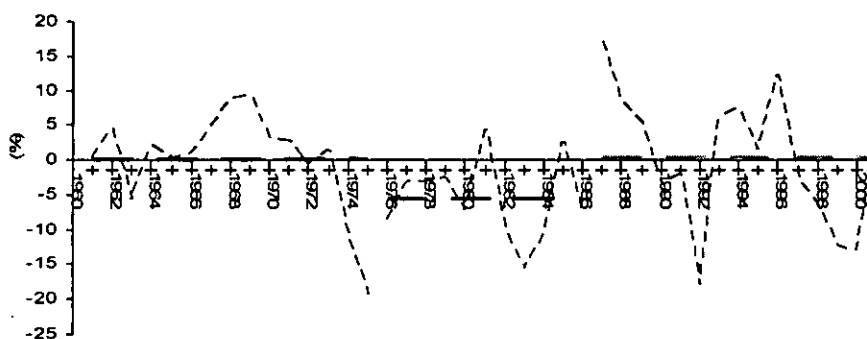
Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: --- Média do Período Colonial      --- Média do Período Pós independência  
 --- Média do Período de Liberalização da econômica e de Paz      +++ Média de Todo o período em análise

No gráfico 5, se pode observar para o período colonial um PIB *per capita* real médio de 16321.1 meticais por ano, isto é, 3789.5 meticais acima do PIB *per capita* médio de todo o período. Esta média caiu 6022.6 meticais no período seguinte, situando-se numa média de 10298.5 meticais por ano. Ao contrário do PIB real que melhorou no último período, o PIB *per capita* real médio diminuiu para 10127.0 meticais por ano, menos 171.5 meticais que o período anterior e menos 6194.1 meticais que o período colonial. O PIB *per capita* real médio de todo o período é de 12531.6 meticais por ano. (Gráfico 5)

## Análise da Taxa de Crescimento

**Gráfico 6. Evolução da taxa de crescimento do PIB real *per capita* e suas médias**



Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: --- Média do Período Colonial      --- Média do Período Pós independência  
 --- Média do Período de Liberalização da econômica e de Paz      +++ Média de Todo o período em análise

Em 42 anos, o PIB *per capita* real cresceu a uma taxa média de -1.4% por ano. Sendo 1.0% no período colonial, -5.6 no período pós independência e 0.2% nos finais da década 80 e anos 90. (Anexo II)

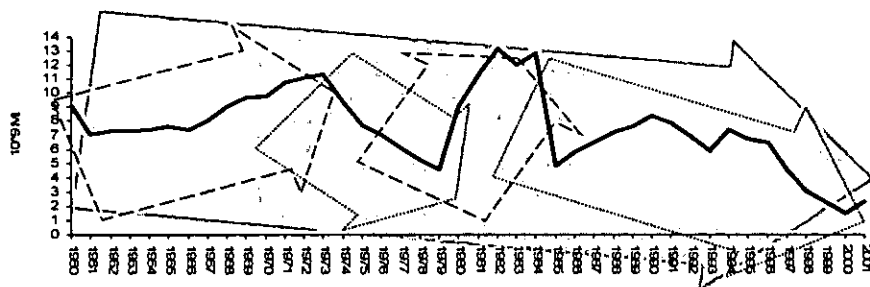
No gráfico 6, se pode observar o quanto turbulento foi o período 1975-1987. Neste período à semelhança do PIB real, o PIB *per capita* foi condicionado pela seca, conflito civil e pela elevada taxa de crescimento da população. Esta combinação acabou por desarticular completamente a condição socioeconómica da população moçambicana por mais de uma década.

### 2.2.3. Investimento Público real





#### Análise de Tendência

O investimento público real apresenta uma tendência primária de baixa, resultante de uma sucessão de tendências secundárias de alta e de baixa descendentes. Numa análise meramente gráfica (gráfico 1, 4 e 7), se pode afirmar que no período colonial, este indicador socioeconómico contribuiu bastante para o crescimento do PIB real e PIB *per capita*. Neste período, estes três indicadores estão caracterizados por tendências terciárias de alta e baixa ascendentes.

Gráfico 7. Tendência do Investimento Público real



Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

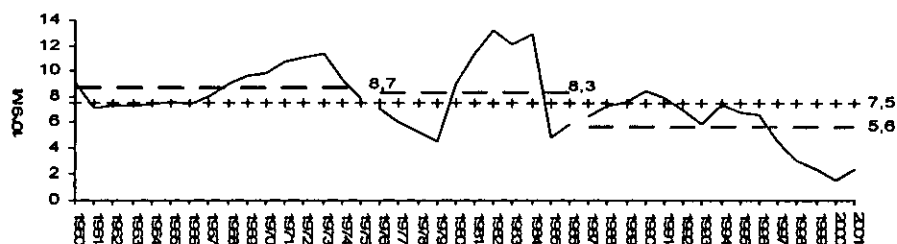
Legenda:   
 Tendência Primária   
 Tendência Secundária de Alta   
 Tendência Secundária de Baixa   
 Investimento Público real

De 1973 a 1984, o investimento público real tomou duas tendências importantes: (i) uma tendência secundária de baixa até 1979, criada pelas condições já mencionadas anteriormente e, (ii) uma tendência secundária de alta até 1984, criada pela necessidade de revitalizar as empresas estatais e a reconstrução das infra-estruturas destruídas pela guerra e desastres naturais.

### Análise das Médias

Moçambique realizou em média 7.5 milhões de contos de investimento público real por ano. No período 1960-1975, uma média de 8.7 milhões de contos de investimento público foi realizado anualmente em Moçambique; 8.3 milhões de contos por ano no período 1976-1986; e 5.6 milhões de contos por ano no último período, sendo a média mais baixa de todo o período.

**Gráfico 8. Evolução do Investimento Público real e suas médias**



Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: — — — Média do Período Colonial  
 — — — Média do Período Pós independência  
 — — — Média do Período de Liberalização da económica e de Paz  
 + + + Média de Todo o período em análise

A leitura gráfica (gráfico 7 e 8) mostra uma diminuição do investimento público real, facto que é preocupante porque visivelmente o país precisa de infra-estruturas que harmonizem o desenvolvimento coordenado das diferentes regiões e sectores socioeconómicas. Esta tendência, mostra uma diminuição do peso do investimento público real na economia (anexo II), renegando a população o acesso a saúde, educação, sanidade, apoio em caso de emergências naturais e apoio a produção.

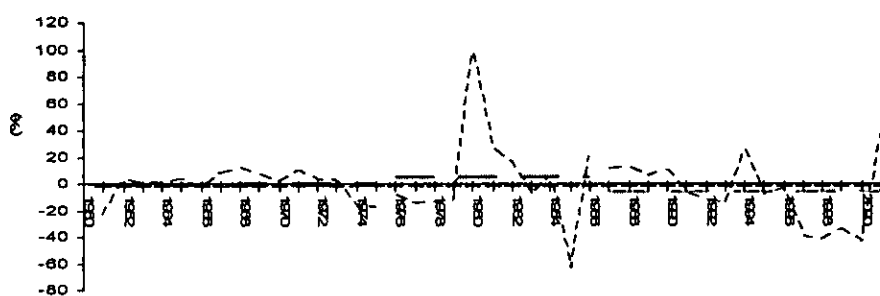


## Análise da Taxa de Crescimento

Analisando o gráfico 9 ou o anexo 2, verifica-se que em 42 anos, o investimento público real decresceu numa média de 1.6% por ano, comprovando a tendência primária de baixa vista no gráfico 7. Apesar de no período 1960-1975 se ter desembolsado muitos milhões de contos no investimento público real, a taxa média de crescimento por ano foi apenas de -0.5%, contudo, esta foi acima da média global de todo o período. Contrariamente, no período 1976-1986 o investimento público real cresceu numa taxa média de 2.6% por ano, isso devido a urgência em revitalizar as infra-estruturas económicas e também a necessidade de repor os danos criados pelos ciclones Claudette, Danna, Gladys e Ella em 1976; Angele, Bettina, Benedette e Domoína em 1978, 1980, 1981 e 1984 respectivamente, e cheias no rio Limpopo, Zambeze e Centro e Sul do país nos anos 1977, 1978 e 1985. (Coelho, 2004)

Não só as calamidades naturais elevaram o investimento público real, mas também a necessidade de relançar a economia e a descapitalização do sector privado obrigou o Estado a fazer avultados investimentos em empresas estatais no período pós independência.

Gráfico 9. Evolução da taxa de crescimento do Investimento Público real e suas médias



Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: — — Média do Período Colonial      — — Média do Período Pós independência  
— — Média do Período de Liberalização da económica e de Paz      + + + Média de Todo o período em análise

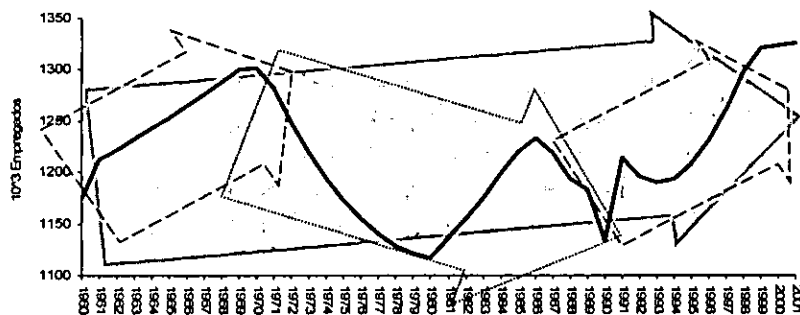
## 2.2.4. Emprego

O desemprego, pela multiplicidade de consequência que provoca e pelas situações múltiplas que o caracteriza, tem sido desde o período pós independência, objecto de maiores cuidados e merecido as mais largas considerações nos programas do governo em Moçambique. Ao encarar-se o problema do desemprego, deve estar presente que se está na presença de problemas de segurança, da moral e da dignificação do trabalhador e do seu agregado familiar, o que significa um mau estar socioeconómico para toda a família.

*"O desemprego pode considerar-se o primeiro risco social que foi encarado internacionalmente, tendo sido objecto das primeiras convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho." (Sousa, 1966: 7)*

### Análise de Tendência

Gráfico 10. Tendência do Emprego



Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: Tendência Primária Tendência Secundária de Baixa  
 Tendência Secundária de Alta Emprego

O emprego evoluiu numa sucessão de tendências secundárias de alta e de baixa ascendentes, formando ao longo dos 42 anos em análise, uma tendência primária de alta (gráfico 10).

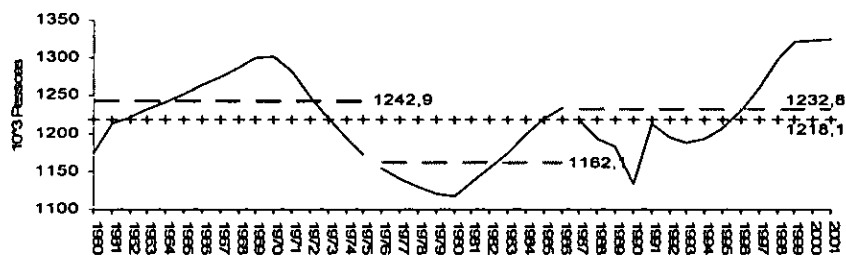
*"A privatização de alguns sectores socioeconómico na década de 80, implicaram a estruturação desses sectores no que concerne a novas tecnologias e a mão-de-obra qualificada. Os dados estatísticos de 1989 do trabalho, apontam para mais de 80% dos trabalhadores moçambicanos sem qualquer formação profissional." (Colaço, 2004:5)*

Factores dessa natureza, associados a falência de certas empresas e a destruição de inúmeras infra-estruturas, desempregados seriamente afectado pela guerra, o regresso dos trabalhadores da antiga R.D.A. (República Democrática Alemã) e das minas da África do Sul, foram as principais razões da tendência secundária de baixa do emprego na década 70 e 80.

### Análise das Médias

A ascensão do emprego no tempo colonial teve uma média de 1242900 pessoas empregadas anualmente. No período 1976-1986, observou-se uma média de 1162100 pessoas empregadas anualmente. Para o período de 42 anos (1960-2001), a média foi de 1218100 pessoas empregadas para cada ano. Só para clarificar, a série emprego foi estimada pelo Sulemane (2001).

**Gráfico 11. Evolução do Emprego e suas médias**



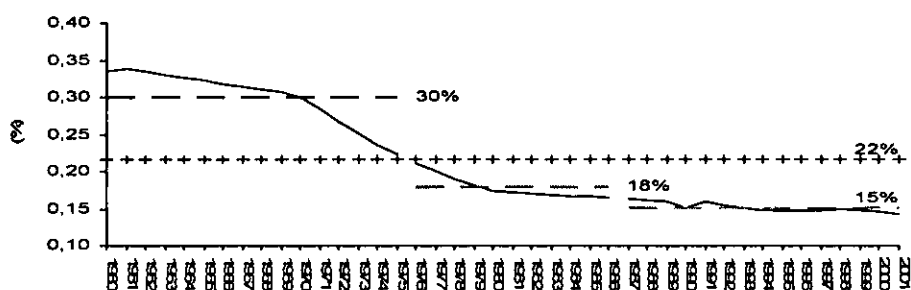
Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: — — — Média do Período Colonial  
 — — — Média do Período Pós independência  
 — — — Média do Período de Liberalização da económica e de Paz  
 + + + Média de Todo o período em análise

Vemos nos gráficos 10 e 11 um aumento no nível do emprego. Portanto esta análise não é segura, devendo no entanto se incluir a análise da população activa<sup>8</sup>, só assim se saberá se este crescimento é abrangente.

<sup>8</sup> População Activa é aquela população em idade legal de trabalhar. Em Moçambique considera-se população activa aquela com idade compreendida entre 15-64 anos de idade.

**Gráfico 12. Rácio entre Emprego vs População Activa**



Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: --- Média do Período Colonial  
 --- Média do Período Pós independência  
 --- Média do Período de Liberalização da económica e de Paz  
 + + + Média de Todo o período em análise

No gráfico 12, temos a percentagem anual da população activa empregada no período 1960-2001. Claramente o gráfico 12 mostra uma descida do emprego no seio da população activa. De uma média de 30% por ano no tempo colonial, ela passa para 18% no período pós independência e no último período, para uma média de 15% por ano. (anexo II)

A cada 100 pessoas em idade de trabalhar, em média, apenas 22 pessoas encontram um emprego e as restantes 78 pessoas vão para o desemprego anualmente ou para o sector informal<sup>9</sup>. O crescimento de empregados na população total e o decréscimo do número de pessoas empregadas na população activa em Moçambique, deve-se à estrutura e composição da sociedade moçambicana, que por motivos diversos as pessoas sem idade para trabalhar são obrigadas a procurarem empregos.

### II.2.5. Salário

Os salários afectam as economias em diversas frentes, influenciam os rendimentos individuais, os quais produzem variações no consumo e poupança das economias e, conseqüentemente, variações na procura agregada. Por outro lado, estão também ligados à formação de custos das economias, o que provoca variações na oferta.

<sup>9</sup> Sector de actividade económica desprovido de formalidades legais de licenciamento.

*"A teoria económica mostra que aumentos de salários não são sustentáveis a médio e longo prazo se não forem definidos por aumentos de produtividade do trabalho. Eventualmente, poderão existir aumentos pontuais de salários que não gerem impactos significativos na inflação. Porém, a manutenção de aumentos em salários a médio prazo sem terem por base incrementos de produtividade provocarão aumentos nos preços internos e terão impactos negativos sobre a competitividade da economia." (Rolin, 2002: 613<sup>10</sup>)*

Como lembra António S. Franco e Per-Åke Andersson (2002), a produtividade do trabalho é o indicador chave para o aumento do salário, como forma de impedir aumentos nos preços internos e despedimentos massivos da força de trabalho. Em suma, o aumento não sustentado do salário na economia tem impacto negativo sobre a competitividade da economia.

### **Análise de Tendência**

O gráfico 13 mostra uma sucessão de tendências terciárias e secundárias de alta e de baixa descendentes, dando origem a uma tendência primária de baixa descendente no período 1960-2001.

A deterioração do salário real, afecta o bem estar socioeconómico da classe trabalhadora e seus agregados familiares. A referência de um salário mínimo é fundamental na promoção do bem estar, na medida em que a população trabalhadora desqualificada é relativamente maior. Além disso, o salário mínimo em Moçambique é a maior garantia de sobrevivência para grande parte da população.

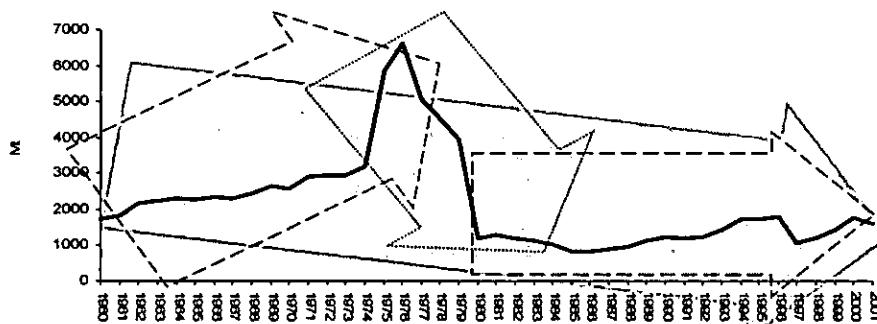
O salário real tem sido frequentemente desprezado pelos formuladores de política económica, como um elemento importante para garantir a protecção social para os trabalhadores de baixa qualificação. Entretanto, esse é um instrumento importante de política socioeconómica com efeitos sobre o nível da procura geral por bens de baixo

---

<sup>10</sup> Ensaio de António S. Franco e Per-Åke Andersson disponível no ROLIN, Cássio, et al. (2002).

custo unitário, significando uma componente com reflexos significativos na redução da exclusão social<sup>11</sup>.

**Gráfico 13. Tendência do Salário**



Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: Tendência Secundária de Alta      Tendência Secundária de Baixa  
 Tendência Primária      Salário

Como nas anteriores análises de tendências, o período colonial e pós colonial tem as mesmas tendências nos indicadores socioeconómicos, estando socioeconomicamente bem, no período colonial em relação aos restantes períodos.

### **Análise das Médias**

O salário real no tempo colonial era quase 2,5 vezes mais do que o do período 1987 a 2001, revelando assim uma perda de poder de compra e de poupança na população de baixo rendimento. O Salário real na economia, foi em média 2096,1 meticais no período 1960 a 2001.

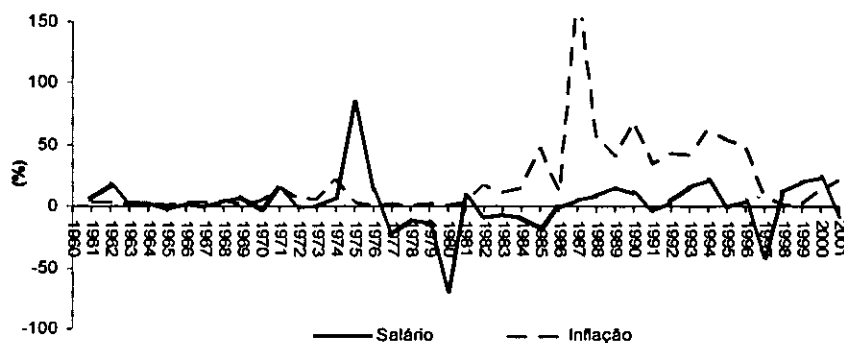
<sup>11</sup> Exclusão social aqui significa o não acesso a bens e serviços sociais básicos, para que um cidadão, uma família ou um povo todo tenha um a vida condigna.



## Análise da Taxa de Crescimento

O crescimento do salário mínimo deve ser maior em relação ao crescimento da inflação, de modo a garantir o aumento da capacidade de compra da população, logicamente acompanhado de aumento da produtividade do factor trabalho ou de capital. No período 1960 a 2001, a população vem perdendo progressivamente o poder de compra e de poupança. Neste período, a inflação cresceu a uma taxa média de 21,1% por ano e o salário mínimo real a 2,5%. Contudo, no tempo colonial estes indicadores tiveram um comportamento favorável ao trabalhador que auferia o salário mínimo, pois, o salário cresceu em média a uma taxa de 9,9% por ano e a inflação a 5,5%. (gráfico 16 e anexo II)

**Gráfico 16. Evolução da taxa de crescimento do Salário e da Inflação**



Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Um facto, entretanto merece a nossa atenção. Contrariando um discurso tantas vezes repetido, de que aumentos de salários eram incompatíveis com o combate à inflação, foi possível observar em 1975 em relação à 1974, a ocorrência simultânea de um aumento da taxa de crescimento de 84,8% do salário mínimo real com a queda da inflação para 3,3%. (anexo II)



## 2.2.6. Inflação

A inflação é um dos problemas para a economia como um todo, e principalmente para o consumidor final. Por essa razão, é importante focar a estabilidade económica, que é uma condição fundamental para o crescimento das economias. A estabilidade económica é normalmente medida por variações no nível de preços, nas taxas de juro e nas taxas de câmbio. Estas variações são determinadas em geral pela política monetária, fiscal e cambial, que em Moçambique, são maioritariamente determinadas pelo governo.

*"Moçambique é um caso de sucesso. Quando a economia entrou em colapso, em meados dos anos 80, como consequência duma economia colonial destorcida, inflexibilidade de uma economia controlada pelo estado e dispendiosa guerra civil, o governo respondeu com a introdução do programa de ajustamento estrutural, que conduziu a um crescimento económico e à baixa inflação." (Rolin, 2002: 300<sup>12</sup>)*

A taxa da inflação está sob controlo, caiu de uma média de 30% durante a primeira metade dos anos 90 para 8% na segunda metade. A inflação subiu para 11% em 2000 o que se deveu principalmente às inundações e à subida dos preços de petróleo a nível internacional.

Durante o período de inflação os preços e os salários não variam todos à mesma taxa, isto é, ocorrem variações nos preços relativos. A inflação afecta a economia real em duas áreas específicas: afecta o produto total e influencia a eficiência económica.

*"A inflação prejudica a eficiência económica porque distorce os sinais dos preços. Numa economia com inflação moderada, se o preço de mercado de um bem sobe, tanto os compradores como os vendedores sabem que houve uma variação efectiva nas condições da oferta e/ou da procura desse bem e podem reagir adequadamente. Pelo contrário, uma economia com inflação elevada, é muito mais difícil distinguir entre variações nos preços relativos e variações no nível geral de preços. A inflação também distorce o uso da moeda. O numerário é a moeda que não recebe juros. Se a taxa de inflação aumenta de 0% para 10% ao ano, então a taxa de juro real do numerário cai de 0% para (-10%) ao ano." (Samuelson, 16ª Edição: 584)*

---

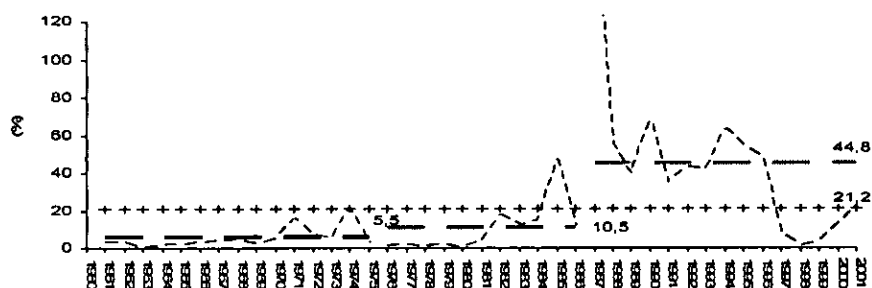
<sup>12</sup> Ensaio de Per-Åke Andersson e Boo Sjöð disponível no ROLIN, Cássio, et al. (2002).

Em resultado da taxa de juro real negativa sobre o numerário, as pessoas gastam recursos reais e reduzem a posse de moeda durante os períodos inflacionistas. Os recursos reais são portanto consumidos apenas para se adaptarem à alteração da medida monetária que se vai modificando, em vez de se destinarem ao investimento produtivo. Além dos impactos microeconómicos, há efeitos da inflação sobre a totalidade da actividade económica. O crescimento mais rápido está associado a taxas de inflação moderadas. A deflação e a inflação moderada acompanham um crescimento lento, enquanto que as hiper inflações estão associadas a recessões pronunciadas

### Análise das Médias

A inflação em Moçambique, tem uma tendência crescente. O valor do cabaz de bens e serviços básicos vem aumentando no tempo. No período colonial, a inflação era muito baixa, rondava os 5,5% de média anual, proporcionando um elevado poder de compra a população empregada. No período seguinte, a inflação subiu para uma média de 10,5% por ano, com o agravante do salário real e o emprego ter diminuído.

Gráfico 17. Evolução da taxa de Inflação e suas médias



Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Legenda: — — — Média do Período Colonial  
— · — Média do Período Pós independência  
— — — Média do Período de Liberalização da económica e de Paz + + + Média de Todo o período em análise

No último período, a inflação foi de cerca de 44,8% ao ano, significando uma subida de 34,3 pontos percentuais em relação ao período anterior, e 39,3 pontos percentuais em relação ao período colonial. Importa referir que no período pós independência os preços eram administrados pelo Estado, isto é, eram fixados independentemente dos mecanismos do mercado.

### 3. Relacionamento entre os Indicadores Socioeconómicos

#### 3.1. ANÁLISE DE CORRELAÇÃO

Dentre os indicadores socioeconómicos em análise, o que teoricamente estabelece maior impulso de desenvolvimento ou subdesenvolvimento socioeconómico, é o investimento público. Uma das questões principais debatida por “*Policy Makers*” e pesquisadores, é se o investimento público estimula a produtividade do sector privado, aumentando o crescimento económico. No entanto, nem todas as componentes da despesa pública total são supostos a afectar o crescimento económico da mesma maneira no longo prazo. O investimento público no capital físico por exemplo é muito mais importante para o desempenho macroeconómico do que o consumo público.

*“Evidências empíricas nas economias mundiais parecem indicar que o investimento público é crucial quando é limitado a bens que facilitam o funcionamento suave do mercado. Isso sugere que a importância do investimento público em determinar o crescimento no longo prazo é limitado a bens e serviços quase públicos, tais como: educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento, alojamento, água e drenagem, serviços de bombeiros, justiça e transportes e comunicação, cujo serviços são essenciais, desde que tendem a gerar efeitos indirectos positivos para o sector privado. portanto a composição do investimento público importa.” (Ashipala, 2003:1)*

O nível de investimento público, pode afectar o investimento privado e a taxa de crescimento no longo prazo. Isso significa que a produção não depende apenas do capital e trabalho, mas também no investimento público. Já há muito tempo que o investimento em infra-estruturas públicas é considerado importante para o desenvolvimento socioeconómico.

*“Serviços associados com o uso de infra-estruturas contam aproximadamente 7 a 9% do PIB nos países de rendimento baixo e médio. As infra-estruturas nestes países, representam cerca de 20% do total de investimento e 40 à 60% do investimento público”. (Chatterjee et al, 2001:1)*

Portanto, o stock de infra-estrutura física é um insumo importante no processo de produção de tais economias, aumenta a eficiência e a produtividade do sector privado, e deste modo providencia um canal crucial para o crescimento, distribuição de outputs, e um elevado nível de vida para a população. “Um nível baixo de investimento público pode restringir o crescimento potencial da economia, e por esta via conduzir a um elevado nível de desemprego.” (Everaert, 1997:1)

Esta secção tem como objectivo, analisar o “coeficiente de correlação”<sup>13</sup> entre as taxas de crescimento dos indicadores socioeconómico, dando enfoque as correlações quase que perfeitas, ou seja, acima de 0,5. Também neste capítulo, se analisará o impacto do investimento público real sobre os restantes indicadores, para verificar a influência do Estado na promoção do bem estar.

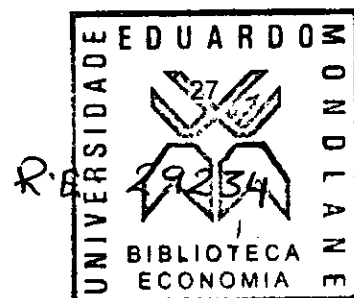
**Tabela 1. Análise de Correlação entre os Indicadores Socioeconómicos (1960-2001)**

	<i>PIB real</i>	<i>Investimento Público real</i>	<i>PIB per capita real</i>	<i>Emprego</i>	<i>Salário real</i>	<i>Inflação</i>
PIB real	1,00					
Investimento Público real	0,00	1,00				
PIB per capita real	0,99	0,00	1,00			
Emprego	0,18	-0,16	0,19	1,00		
Salário	-0,11	-0,31	-0,08	-0,18	1,00	
Inflação	0,25	0,04	0,32	-0,17	0,09	1,00

Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Na análise de correlação de todo o período, constata-se somente uma relação linear perfeita entre a taxa de crescimento do PIB real e a do PIB per capita real, com um coeficiente de correlação de 0,99. A taxa de crescimento do investimento público real, teve uma relação linear fraca e negativa com a taxa de crescimento do salário real, com um coeficiente de correlação de -0,31.

<sup>13</sup> O coeficiente de correlação é uma medida da associação linear entre duas variáveis e está entre -1 e +1. Temos correlação perfeita negativa ou inversa, quando o coeficiente de correlação é -1; e correlação perfeita positiva ou directa, quando é +1. O objectivo básico é medir a intensidade ou o grau da associação linear entre duas variáveis. Na análise de correlação, por outro lado, trata-se quaisquer (duas) variáveis simetricamente, não há nenhuma distinção entre as variáveis dependente e explicativa.



**Tabela 2. Análise de Correlação entre os Indicadores Socioeconómicos (1960-1975)**

	<i>PIB real</i>	<i>Investimento Público real</i>	<i>PIB per capita real</i>	<i>Emprego</i>	<i>Salário real</i>	<i>Inflação</i>
PIB real	1,00					
Investimento Público real	0,73	1,00				
PIB per capita real	0,99	0,72	1,00			
Emprego	0,37	-0,02	0,45	1,00		
Salário	-0,68	-0,43	-0,68	-0,28	1,00	
Inflação	-0,21	-0,19	-0,27	-0,58	-0,02	1,00

Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

No período colonial, verificou-se uma relação linear positiva ou directa entre a taxa de crescimento do investimento público real e a taxa de crescimento do PIB real, com um coeficiente de correlação de 0,73. Estes indicadores tem uma relação linear quase que perfeita, justificando o crescimento do PIB real com a aumento do investimento público real neste período. A taxa de crescimento do PIB real e a do PIB per capita real no período colonial, tiveram um relacionamento semelhante ao do período 1960-2001, e com o mesmo coeficiente de correlação.

O salário real diminuiu com o crescimento do PIB real e do PIB per capita real, numa relação linear inversa quase que perfeita e com um coeficiente de correlação de  $-0,68$ . O PIB per capita real cresceu com o aumento investimento público real, numa relação linear directa quase que perfeita, com um coeficiente de correlação de 0,72. A taxa de crescimento do emprego e a taxa de inflação, também se relacionaram linearmente numa função negativa, com um coeficiente de correlação de  $-58$ .

**Tabela 3. Análise de Correlação entre os Indicadores Socioeconómicos (1976-1986)**

	<i>PIB real</i>	<i>Investimento Público real</i>	<i>PIB per capita real</i>	<i>Emprego</i>	<i>Salário real</i>	<i>Inflação</i>
PIB real	1,00					
Investimento Público real	-0,23	1,00				
PIB per capita real	0,99	-0,24	1,00			
Emprego	-0,20	-0,04	-0,10	1,00		
Salário	-0,02	-0,53	0,02	0,19	1,00	
Inflação	0,11	-0,52	0,18	0,62	0,03	1,00

Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

No período pós independência, verificou-se em Moçambique uma queda na progressão dos indicadores socioeconómicos, exceptuando o investimento público real. O PIB real

decreceu, apesar do aumento do investimento público real, num relacionamento muito fraco.

A taxa de crescimento do PIB real e a do PIB per capita real se relacionaram linearmente e positivamente, numa correlação linear perfeita. A taxa de crescimento do investimento público real relacionou-se negativamente com a do salário real, numa relação linear quase que perfeita e com o coeficiente de correlação de  $-0,53$ . Neste relacionamento, pode-se afirmar que o salário real diminuiu com o aumento do investimento público real. O aumento do investimento público real, também levou a diminuição da inflação, numa relação linear negativa quase que perfeita, com um coeficiente de correlação de  $-0,52$ . A taxa de crescimento do emprego teve uma relação linear positiva quase que perfeita com a taxa de inflação, com um coeficiente de correlação de  $0,62$ , significando um aumento da inflação com o aumento do emprego.

**Tabela 4. Análise de Correlação entre os Indicadores Socioeconómicos (1987-2001)**

	<i>PIB real</i>	<i>Investimento Público real</i>	<i>PIB per capita real</i>	<i>Emprego</i>	<i>Salário real</i>	<i>Inflação</i>
PIB real	1,00					
Investimento Público real	0,05	1,00				
PIB per capita real	0,99	0,08	1,00			
Emprego	0,23	-0,33	0,16	1,00		
Salário	-0,14	0,00	-0,13	-0,30	1,00	
Inflação	0,18	0,40	0,26	-0,39	0,11	1,00

Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

No período de intervenção do FMI e Banco Mundial, verificou-se somente uma relação linear positiva perfeita entre a taxa de crescimento do PIB real e a do PIB per capita real, com um coeficiente de correlação de  $0,99$ .

Portanto, essa foi uma análise de correlação simples, na qual se pretendeu mostrar o relacionamento entre as taxas de crescimento dos indicadores socioeconómicos. Infelizmente em Moçambique, esse relacionamento mostra-nos situações de agravamento do bem estar da população. Isso significa que, o Estado moçambicano não está a criar condições básicas para que o sistema socioeconómico por si se dinamize em torno do sector privado.

Como se sabe da teoria, o investimento público real seria o impulsionador do desenvolvimento socioeconómico, e neste caso, era suposto observar-se uma concordância das tendências, valores médios e das taxas de crescimento. Concordância no sentido de tendência ascendente do investimento público real, criar também tendência de melhoria nos restantes indicadores socioeconómicos, promovendo assim o bem estar socioeconómico para a população moçambicana.

Na tabela 5, podemos ver em resumo a análise feita anteriormente, mostrando a influência da envolvente do período sobre os indicadores socioeconómicos. Portanto, pretende-se analisar o desempenho socioeconómico face ao período anterior, e dada as opções de políticas e acontecimentos dos respectivos períodos.

**Tabela 5. Síntese da Evolução Socioeconómica**

Indicadores Socioeconómicos	Análise de Tendência	Análise das Taxas de Crescimento		
	1960-2001	1960-1975	1976-1986	1987-2001
PIB real	↑	+	-	+
PIB per capita real	↓	+	-	+
Investimento Público real	↓	+	+	-
Emprego	↑	+	+	+
Salário real	↓	+	-	+
Taxa de inflação	↑	+	+	-
Emprego na População activa	↓	+	-	-

↑ Tendência Ascendente      ↓ Tendência Descendente      + Acima do Período Anterior      -- Abaixo do Período Anterior

\* Neste período, a taxa de inflação poderia ter sido ainda maior, se não fosse a administração de preços pelo governo.

Fonte: Autor com dados de: Sulemane, José. (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

Estes são os resultados tirados desta análise gráfica, é possível que resultados diferentes possam ser tirados, usando outros métodos de análise.

#### 4. CONCLUSÃO

A promoção do bem estar socioeconómico, vista como melhoria do PIB real, PIB per capita real, Investimento público real, Emprego, Salário real e Inflação, apresenta resultados diferentes, em função da envolvente histórica de cada período. Apesar do resultado da análise de longo prazo do bem estar socioeconómico ser negativo, o período colonial apresentou um bem estar melhor em relação ao período pós independência. Com a liberalização da economia e a adesão de Moçambique aos programas do FMI e do Banco Mundial, o bem estar melhorou face ao período anterior, estando ainda os indicadores socioeconómico ressentidos da envolvente do período pós independência.

O investimento público real não teve o impacto impulsionador na evolução da economia, somente no período colonial é que teve uma correlação forte com o PIB real. Também o investimento público real não dinamizou o mercado de trabalho, visto que em nenhum período estes tiveram uma correlação forte. Em suma, nos 42 anos de análise, o investimento público real não teve nenhum relacionamento linear com qualquer indicador socioeconómico em análise. Portanto, o Estado através do investimento público, não conseguiu promover o bem estar socioeconómico no seio da população activa.

Para uma rápida melhoria do bem estar socioeconómico, os objectivos socioeconómicos devem ser organizados numa perspectiva de harmonização das intervenções para metas que permitam responder às aspirações da sociedade. A não ser assim, as aspirações de melhor qualidade de vida podem muito bem ser uma meta inatingível, deixando proliferar cada vez mais a deterioração do salário, emprego, a taxa de inflação, o investimento público e o rendimento per capita.



## Referencias Bibliográficas

1. ASHIPALA, John; HAIMBODI, Ndeutalala. The Impact of Public Investment on Economic Growth in Namibia. Nepru working paper nº 88. Windhoek, Namibia. Outubro 2003. Disponível em: <http://www.nepru.org.na/Publications/NWP/PDF/NWP88.pdf>. Acesso em: Fevereiro, 2004.
2. BRANSON, William H. "Macroeconomia - Teoria e Política". 2ª Edição.
3. CHATTERJEE, Santanu; SAKOULIS, Georgios; TURNOVSKY, Stephen J. Unilateral Capital Transfers, Public Investment, and Economic Growth. Department of Economics, University of Washington. May, 2001. Disponível em: <http://www.cepr.org/meets/wkcn/3/3507/papers/turnovsky.pdf>. Acesso em: Fevereiro, 2004.
4. COELHO, João Paulo Borges. Estado, Comunidades e Calamidades Naturais no Moçambique Rural. Disponível em: <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa/research/pt/ft/clima.html>. Acesso em Março, 2004.
5. COLAÇO, João C., Organização dos Trabalhadores de Moçambique – OTM. Disponível em: [www.ifcs.ufrj.br/lps/acervo/boletins/boletim10-5.html](http://www.ifcs.ufrj.br/lps/acervo/boletins/boletim10-5.html). Acesso em Outubro, 2004.
6. COSSIO, Fernando Andrés Blanco. (2002), "Efeitos das Despesas Públicas dos Estados sobre os Indicadores socio-económicos Estaduais". Instituto de Pesquisa Económica Aplicada.
7. EVERAERT, Gerdie. Negative economic growth externalities from crumbling public investment in Europe: evidence based on a cross-section analysis for the OECD-countries. nr. 97/35. University of Ghent. Belgium. Social Economics Research Group. July, 1997. Disponível em: [http://fetew.ugent.be/fac/research/wp/papers/wp\\_97\\_35.pdf](http://fetew.ugent.be/fac/research/wp/papers/wp_97_35.pdf). Acesso em: Março, 2004.

8. GUJARATI, Damodar N., (2000). "Econometria Básica", 3ª Edição, MAKRON Books do Brazil Editora Ltda.
9. Instituto Nacional de Estatística (INE) (2000). Contas Nacionais 1999. Maputo, Moçambique: INE.
10. Instituto Nacional de Estatística (INE) (vários). "Anuario Estatístico". Maputo, Moçambique: INE.
11. International Monetary Found. Mozambique Index of Tables. Disponível em: <http://dsbb.imf.org/Applications/web/gdds/gddscountrycategorylist/?strcode=MOZ>. Acesso em: Março, 2004.
12. Ministério do Plano e Finanças (MPF) (2000). "Conta Geral do Estado". Maputo, Moçambique: MPF.
13. NORONHA, Marcio. Curso Básico de análise Gráfica. Agosto de 2001. Disponível em: <<http://69.57.152.33/~timing/curso/AG01.pdf>>. Acesso em Março, 2004.
14. ROLIN, Cássio, et al. (2002). "A Economia Moçambicana Contemporânea – Ensaio. Gabinete de Estudos, MPF. Moçambique, Julho de 2002.
15. SAMUELSON, Paul A. e NORDHAUS, William D. (1999). "Economia", 16ª Edição. Mc Graw Hill, Julho de 1999.
16. Série «Documentação». "Mecanismos de Fixação do Salário Mínimo e Problemas Conexos, Nomeadamente no que diz Respeito aos Países em vias de Desenvolvimento". Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra nº 3. LISBOA/1971.
17. SOUSA, Soeiro de. "Aspectos da Protecção Social no Desemprego (Seguro-Desemprego)". Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra nº 13. LISBOA/1966.
18. SULEMANE, José. (2001). "Economic Decline: A Study With Reference to Mozambique". Ph.D. Dissertation. University of Notre Dame, Economics Department, Notre Dame, Indiana, USA, August.
19. WANDSCHNEIDER, Tiago Sequeira. "Apontamentos de Finanças Públicas". Faculdade de Economia, Universidade Eduardo Mondlane. Ano lectivo 1998/99.
20. World Bank. O Banco Mundial em Moçambique. Disponível em: <[http://www.worldbank.org/afr/mz/reports/brochura\\_BMundial\\_Mo%E7\\_2003.pdf](http://www.worldbank.org/afr/mz/reports/brochura_BMundial_Mo%E7_2003.pdf)>. Acesso em: Março, 2003.



Anexo I: Indicadores Socio Económicos

Año	1999 MT					1990 = 100					10 <sup>3</sup>					Tasa de Crecimiento de Deflador (%)		1993 MT	
	PIB nominal	PIB real	Inv. pub. nom.	Inv. Pub. real	Deflador ao PIB	Deflador do Inv. Pub.	IPC	Salário (M\$)	Taxa de Inflação Média Anual (%)	População	Emprego	População Activa	PIB	Inv. Pub.	PIB per capita real	Inv. Pub. real per capita			
1980	24,9	94,6	2,4	9,1	26,3	27,1	42,8	1.734,7	-1,0	6.600	1.175	3.198			14,3				
1981	26,3	97,3	1,9	7,0	27,1	27,1	44,1	1.839,5	3,1	6.750	1.213	3.578	3,0	3,0	14,4	1,4			
1982	28,9	103,9	2,0	7,3	27,9	27,9	45,4	2.167,7	3,0	6.990	1.222	3.652	2,9	2,9	15,1	1,1			
1983	28,2	100,2	2,1	7,3	28,1	28,1	45,8	2.233,5	0,9	7.040	1.232	3.731	0,8	0,8	14,2	1,0			
1984	29,9	104,5	2,1	7,3	28,6	28,6	47,6	2.309,5	1,9	7.190	1.243	3.811	1,9	1,9	14,5	1,0			
1985	32,8	107,0	2,3	7,6	30,6	30,6	47,6	2.280,1	1,8	7.340	1.253	3.890	7,0	7,0	14,6	1,0			
1986	35,1	110,5	2,4	7,4	31,7	31,7	48,0	2.218,3	1,8	7.500	1.254	3.975	3,6	3,6	14,7	1,0			
1987	38,7	118,0	2,6	8,0	32,8	32,8	50,7	2.314,8	3,6	7.660	1.276	4.060	3,5	3,5	15,4	1,0			
1988	44,9	131,3	3,1	9,0	34,2	34,2	52,9	2.431,9	4,3	7.930	1.288	4.150	4,1	4,1	16,8	1,2			
1989	51,4	148,8	3,4	9,7	35,0	35,0	54,2	2.628,5	2,5	8.000	1.300	4.240	2,4	2,4	18,4	1,2			
1970	56,7	154,6	3,6	9,8	36,7	36,7	56,9	2.557,2	5,0	8.170	1.302	4.330	4,7	4,7	18,9	1,2			
1971	63,7	165,2	4,2	10,8	38,5	38,5	65,9	2.910,2	15,8	8.500	1.282	4.505	5,1	5,1	19,4	1,3			
1972	71,9	170,6	4,7	11,1	42,1	42,1	70,6	2.931,0	7,1	8.840	1.249	4.685	9,3	9,3	19,3	1,3			
1973	80,5	180,2	5,1	11,4	44,6	44,6	74,3	2.943,3	5,3	9.200	1.220	4.876	6,0	6,0	19,6	1,2			
1974	86,2	186,5	4,8	8,3	51,8	51,8	90,5	3.164,8	21,8	9.570	1.194	5.072	16,0	16,0	17,4	1,0			
1975	83,8	139,7	4,6	7,7	59,8	59,8	93,5	5.848,5	3,3	9.950	1.173	5.274	15,6	15,6	14,0	0,8			
1976	82,9	133,1	4,4	7,1	62,3	62,3	94,4	6.618,2	1,0	10.360	1.155	5.491	4,1	4,1	12,8	0,7			
1977	93,2	134,1	4,2	6,0	69,5	69,5	98,3	5.037,5	2,0	10.770	1.140	5.708	11,5	11,5	12,4	0,6			
1978	104,6	135,2	4,0	5,2	77,4	77,4	97,2	4.529,2	1,0	11.210	1.129	5.941	11,4	11,4	12,1	0,5			
1979	121,4	137,0	4,0	4,5	88,6	88,6	99,1	3.951,7	1,9	11.660	1.122	6.180	14,5	14,5	11,8	0,4			
1980	132,3	132,3	8,0	9,0	100,0	100,0	99,9	1.185,8	0,9	12.130	1.117	6.429	12,9	12,9	10,9	0,4			
1981	147,5	141,7	12,0	11,3	104,1	105,8	103,7	1.289,2	3,8	12.550	1.136	6.599	4,1	4,1	11,4	0,9			
1982	160,1	130,9	16,0	13,2	122,3	121,7	122,3	1.179,0	17,9	12.780	1.156	6.773	17,5	17,5	10,2	1,0			
1983	156,6	113,3	15,0	12,0	139,2	124,6	136,8	1.108,7	11,8	13.110	1.175	6.948	13,0	13,0	8,6	0,9			
1984	169,7	104,3	17,0	12,8	162,7	132,4	157,0	1.012,2	14,8	13.510	1.199	7.160	17,7	17,7	7,7	1,0			
1985	238,4	110,1	7,0	4,8	216,5	146,9	231,9	826,5	47,7	13.870	1.220	7.351	33,1	33,1	7,9	0,3			
1986	253,8	104,0	8,0	5,8	244,0	155,7	260,4	819,1	12,3	14.160	1.234	7.505	12,7	12,7	7,3	0,4			
1987	836,1	121,7	68,0	6,4	687,0	1.055,6	717,9	866,6	175,7	14.120	1.219	7.484	181,5	181,5	8,6	0,5			
1988	1.329,3	130,5	140,0	7,2	1.018,7	1.941,2	1.112,8	940,4	55,0	13.950	1.193	7.394	48,3	48,3	9,4	0,5			
1989	2.063,2	137,4	214,0	7,8	1.501,6	2.820,5	1.557,9	1.099,3	40,0	13.960	1.183	7.399	47,4	47,4	9,8	0,5			
1990	2.703,7	134,3	324,0	8,4	2.013,7	3.872,6	2.617,2	1.214,4	68,0	14.150	1.133	7.500	34,1	34,1	9,5	0,6			
1991	3.943,3	133,9	465,0	7,8	2.944,0	5.936,7	3.538,4	1.179,3	35,2	14.420	1.214	7.643	46,2	46,2	9,3	0,5			
1992	5.053,2	112,0	669,0	6,9	4.510,2	9.985,5	5.060,0	1.220,6	43,0	14.680	1.186	7.780	53,2	53,2	8,1	0,5			
1993	6.011,5	120,8	898,0	5,9	6.834,5	15.347,7	7.195,3	1.417,4	42,2	14.950	1.189	7.924	47,1	47,1	8,1	0,4			
1994	13.319,2	132,4	1.808,0	7,4	10.069,0	24.571,7	11.742,7	1.728,6	63,2	15.230	1.194	8.072	51,6	51,6	8,7	0,5			
1995	20.678,1	156,8	2.502,0	6,7	15.127,2	37.177,0	18.130,7	1.804,8	54,4	15.500	1.209	8.215	50,4	50,4	8,8	0,4			
1996	32.718,6	177,5	2.577,3	6,5	20.890,6	49.073,6	26.824,2	1.804,8	48,5	15.790	1.231	8.369	38,1	38,1	9,9	0,4			
1997	38.819,4	208,0	2.577,3	4,5	22.436,5	56.964,6	28.916,5	1.043,0	7,4	16.080	1.262	8.522	7,4	7,4	11,0	0,4			
1998	46.911,8	221,5	2.028,5	3,1	22.773,1	66.335,3	29.350,3	1.169,3	1,5	16.450	1.286	8.719	1,5	1,5	12,5	0,2			
1999	51.913,2	215,5	1.791,1	2,3	23.433,5	77.508,2	30.201,5	1.410,5	2,9	16.840	1.321	8.925	2,9	2,9	13,2	0,1			
2000	56.917,4	228,8	1.361,9	1,5	26.409,5	90.868,3	34.037,0	1.748,4	12,7	17.240	1.326	9.137	12,7	12,7	12,5	0,1			
2001	73.895,8	228,8	2.513,0	2,4	32.298,8	106.915,6	41.627,3	1.599,2	22,3	17.660	1.326	9.350	22,3	22,3	13,0	0,1			

Fonte: Substama, José (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

PIB real - Produto Interno Bruto real; inv. pub. nom - Investimento público nominal; Inv. pub. real - Investimento público real; Defl. Inv. Pub. - Deflador do Investimento Público; IPC - Índice de Preço ao Consumidor.

Anexo II: Taxas de Crescimento, peso do Investimento Público real no PIB real e emprego na População Activa

Ano	Salário	PIB real	Emprego	Taxa de Crescimento (%)		Investimento Público real	IPC	População	Investimento Público real, 100	Emprego Activo, 100
				PIB per capita real	PIB real					
1960										
1961	6,0	2,8	3,2	0,5	-23,1	3,1	2,3	9,7%	33,9%	
1962	17,8	6,8	0,8	4,6	3,3	3,0	2,1	7,2%	33,9%	
1963	3,0	-3,6	0,8	-5,6	0,6	0,9	2,2	7,0%	33,5%	
1964	3,4	4,3	0,8	2,1	0,5	1,9	2,1	7,3%	33,0%	
1965	-2,1	2,4	0,9	0,3	3,7	1,8	2,1	7,0%	32,6%	
1966	2,6	3,2	0,9	1,0	-2,6	3,0	2,2	7,1%	32,2%	
1967	-0,2	6,8	0,9	4,6	8,2	3,6	2,1	6,7%	31,8%	
1968	5,1	11,2	0,9	8,8	12,5	4,3	2,2	6,8%	31,4%	
1969	8,1	11,9	1,0	9,5	7,2	2,5	2,2	6,9%	31,0%	
1970	-2,7	5,3	0,1	3,1	1,4	5,0	2,1	6,6%	30,7%	
1971	13,8	6,8	-1,5	2,7	10,0	15,8	4,0	6,5%	30,1%	
1972	0,7	3,3	-2,6	-0,7	2,7	7,1	4,0	6,5%	28,5%	
1973	0,4	5,7	-2,3	1,5	2,9	5,3	4,1	6,5%	26,7%	
1974	7,5	-7,6	-2,1	-11,2	2,9	21,8	4,0	6,3%	25,0%	
1975	84,8	-16,1	-1,8	-19,3	-17,8	3,3	4,0	6,3%	23,5%	
1976	13,2	-4,8	-1,5	-8,5	-8,3	1,0	4,0	5,5%	22,2%	
1977	-23,9	0,8	-1,2	-3,1	-14,6	2,0	4,1	5,3%	21,0%	
1978	-10,2	0,8	-1,0	-3,1	-14,3	1,0	4,0	4,5%	20,0%	
1979	-12,6	1,4	-0,7	-2,5	-12,6	1,9	4,1	3,8%	19,0%	
1980	-70,0	-3,4	-0,4	-7,2	98,8	0,9	4,0	3,3%	18,2%	
1981	8,7	7,1	1,7	4,3	26,0	3,8	2,6	6,9%	17,4%	
1982	-8,5	-7,7	1,7	-10,0	15,9	17,9	2,7	8,0%	17,2%	
1983	-6,0	-13,4	1,6	-15,6	-8,4	11,8	2,6	10,6%	17,1%	
1984	-8,7	-7,9	2,1	-10,7	6,6	14,8	3,1	10,6%	16,7%	
1985	-18,3	5,6	1,7	2,8	-62,9	47,7	2,7	4,3%	16,6%	
1986	-0,9	-5,5	1,1	-7,5	21,3	12,3	2,1	5,6%	16,4%	
1987	5,8	17,0	-1,2	17,4	11,4	175,7	2,1	5,3%	16,3%	
1988	8,5	7,2	-2,1	8,5	12,0	55,0	-0,3	5,5%	16,3%	
1989	16,9	5,3	-0,8	5,2	5,2	40,0	-1,2	5,5%	16,1%	
1990	10,5	-2,3	-4,2	-3,6	10,3	68,0	1,4	5,5%	16,0%	
1991	-2,9	-0,2	7,2	-2,1	-6,4	35,2	1,9	6,2%	15,1%	
1992	3,5	-16,4	-1,5	-17,8	-11,9	43,0	1,8	5,8%	15,9%	
1993	16,1	7,8	-0,5	5,8	-15,2	42,2	1,8	6,2%	15,4%	
1994	21,8	9,7	0,4	7,6	25,8	63,2	1,9	4,8%	15,0%	
1995	0,4	3,2	1,2	1,4	-8,5	54,4	1,9	5,6%	14,8%	
1996	4,1	14,6	1,9	12,5	-3,5	48,5	1,9	4,9%	14,7%	
1997	-42,2	13,3	2,5	11,3	-30,3	7,4	1,8	4,1%	14,7%	
1998	12,1	16,1	2,9	13,5	-32,4	1,5	2,3	2,5%	14,8%	
1999	20,6	7,5	1,8	13,5	-24,4	2,9	2,4	1,5%	14,9%	
2000	24,0	-2,7	0,2	-5,0	-35,1	12,7	2,4	1,0%	14,8%	
2001	-8,5	6,1	0,2	3,6	56,8	22,3	2,4	0,7%	14,5%	

Fonte: Suleman, José (2001); INE (1997, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002)

IPC - Índice de Preço ao Consumidor; SPRECON - Salário do Produto real da Economia